

Atirando no escuro: os programas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe

Menos de 20% dos programas na região foram submetidos a avaliações para análise de resultados; na ausência de evidências, o que vale são critérios subjetivos dos gestores

Emiliano Rojildo
27 de agosto de 2019

GERD ALTMANN / PIXABAR



América Latina tem apenas 13% da população, mas concentra 37% dos homicídios do mundo

Vivemos no continente mais violento do mundo. Com apenas 13% da população mundial, a região concentra 37% dos homicídios do planeta. Em 2017, a taxa era de 17,2 vítimas para cada 100 mil habitantes, quase o triplo da taxa global (6,1). No Brasil, a situação é ainda mais preocupante, uma vez que a incidência dos homicídios atinge 30,5 pessoas para cada 100 mil habitantes (UNODC, 2019)[1].

Diferentemente da tendência observada em outras regiões, a violência letal na América tem piorado nas últimas décadas, desembocando no que poderíamos chamar de uma emergência em termos de saúde e segurança pública, com impactos negativos em vários campos da sociedade, da política e da economia (Jaitman, 2017) [2].

Diante dessa situação, seria esperável uma proliferação de políticas públicas voltadas a enfrentar o problema. No entanto, não foi isso que aconteceu até agora. Os esforços focados em conter os homicídios ainda são escassos e representam uma pequena proporção das iniciativas de prevenção ao crime e à violência. Um estudo recente identificou um total de 109 programas implementados na América Latina e no Caribe, tanto por organizações governamentais como da sociedade civil, com o objetivo de reduzir os homicídios (Cano & Rojido, 2016) [3]. Embora o número não seja expressivo, essas iniciativas se destacam por sua diversidade. Elas se diferenciam segundo o tema ou natureza das abordagens; mas também em função do tipo de prevenção, do público-alvo, da cobertura, e de várias outras características.

Isso significa que dispomos de um conjunto de variantes ou alternativas testadas em múltiplos contextos e países da região, o que nos oferece a interessante possibilidade de uma experimentação contrastável para comparar as soluções dadas ao problema do homicídio. Nesse sentido, a primeira pergunta que surge é naturalmente: quais intervenções foram bem-sucedidas, em qual medida e a que custo? A resposta é simples, mas desanimadora: não sabemos. Apenas uma minoria dos programas executados, menos de 20%, foi submetida a avaliações de impacto que permitam saber até que ponto os resultados observados devem ser atribuídos ao programa.

A escassez de avaliações pode estar ligada a vários fatores, como falta de planejamento, de capacidades técnicas, e de um compromisso político sério voltado à melhora dos resultados e à prestação de contas. Em particular, é comum entre os gestores a convicção de que as avaliações são muito custosas e que, de alguma forma, representam um recurso desperdiçado que poderia ter sido dedicado ao fortalecimento do programa.

No entanto, não há avaliação mais cara que a que não é feita. A falta de avaliação permite que sejam mal gastos recursos escassos (amiúde públicos) em aplicar intervenções (amiúde sobre populações vulneráveis) cujos efeitos se desconhecem (amiúde nulos ou negativos). Na ausência de evidências sólidas, os programas de prevenção são adotados, continuados ou interrompidos com base em critérios subjetivos dos gestores. Ou de acordo com sua capacidade de obter apoio político ou eleitoral, ou seja, em função de sua viabilidade para ser apresentado ao público como iniciativa bem sucedida. Em países com economias fracas e altos níveis de violência letal, é imperioso que o destino dos recursos públicos seja orientado com base em evidências rigorosas e que a qualidade do gasto seja a maior possível. Nesse sentido, a avaliação deve ser entendida não apenas como uma ferramenta para promover a eficácia e/ou a eficiência, mas como uma condição para a implementação ética dos programas.

Em tempos de pós-verdade, nos quais alguns atores sociais pretendem impor suas convicções por sobre o peso das evidências científicas, manipulando a opinião pública e a realidade a sua vontade, mais do que nunca é necessário o comprometimento de todos os atores envolvidos nos programas e nos processos de avaliação (financiadores, tomadores de decisões, gestores, avaliadores e cidadania em geral) para que, no futuro próximo, possamos canalizar melhor nossos esforços para reduzir a violência letal na América Latina e no Caribe.

(1) UNODC (2019). Global Study on Homicide. Vienna.

(2) Jaitman, Laura (2017). «Introducción: los costos del crimen en el bienestar», en: Jaitman, Laura (ed.). Los Costos del Crimen y la Violencia en el Bienestar en América Latina y el Caribe. BID, Washington D.C.

(3) Cano, Ignacio y Rojido, Emiliano (2016). Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-g4ckk>

